



Anais da Assembléia

Nº 54

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 52.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo P. Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezzi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quíelise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Clarinda Rodrigues, ocorrido dia 21 próximo passado, na cidade de Campo Largo.

Outrossim, requer aprovado o presente, seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada na Rua Barão do Rio Branco, 2259, Campo Largo.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consig-

nação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Antunes Ferreira ocorrido no último dia 22 na Cidade de Campo Largo.

Outrossim, requer, aprovado o presente, seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada à rua Victor Ferreira do Amaral, 438, Campo Largo.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à família Rodrigues de Oliveira, de Ribeirão do Pinhal, votos de profundo pesar pelo recente falecimento de seu chefe.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1.980

a) Palácios.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que, o Sr. João Rodrigues de Oliveira foi um dos pioneiros na fundação e desenvolvimento da cidade de Ribeirão do Pinhal.

Com o seu falecimento a cidade perde um batalhador, homem honesto, dedicado à família e um político eminente que muito lutou para o desenvolvimento e progresso da comunidade Ribero-Pinhalense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplauso ao Conselho Deliberativo de Acidentes do Detran/Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Sob a presidência de Gilberto Menezes, o Conselho Deliberativo de Acidentes do Detran/Paraná está adotando normas corretas que resultam em efeitos práticos e benéficos, favorecendo uma sociedade disciplinada e ordeira. Formado por 45 pessoas, escolhidas na comunidade, o C.D.A., é composto por 10 Câmaras (cada uma com 3 a 5 membros). O trabalho é desenvolvido de segunda à sexta-feira, atendendo em média 40 casos diários. Os elementos integrantes do C.D.A. trabalham graciosamente, apenas colaborando com a sociedade.

De agora em diante os julgamentos do C.D.A. serão desenvolvidos dentro de um esquema mais rigoroso, observando normas que possibilitem a punição imediata de maus motoristas. Aquele que provocar um ACIDENTE GRAVE terá a sua Carteira de Habilitação apreendida e terá que fazer todos os exames legislativos de praxe, para readquirir sua habilitação. Uma medida que vai afastar do volante os perigosos motoristas.

São considerados acidentes graves:

- 1 — Dirigir embriagado e provocar acidente não pode deixar de ser considerado acidente grave.
- 2 — Dirigir veículo em más condições, concorrendo para o sinistro.
- 3 — Dirigir com estafa e perder a direção, ocasionando danos,

ferimentos ou mortes, também é acidente grave.

4 — Em suma, graves não serão propriamente as consequências após o acidente, mas sim, as consequências em função do comportamento do condutor.

Não será preciso, portanto, a pesquisa do laudo técnico do acidente, mas sim, a indagação de como teria se portado o condutor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que etse subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Saneamento (SANEPAR), Dr. INGO HENRIQUE HUBERT, solicitando os necessários estudos para a extensão da rede de água encanada para os seguintes locais:

1. Vilas: LEONICE, JUCÉLIA, POMPEIA, SANTO ANTONIO, SANTA LUZIA, RECANTO FELIZ e SANTA TEREZINHA.

Estas vilas estão localizadas no Bairro da Barreirinha, já em sua parte final, quase na divisa com o Município de Almirante Tamandaré (Distrito de Cachoeira).

2. Vilas: SANTA HELENA, SÃO RAFAEL, SÃO JOSÉ, SÃO MIGUEL e PLANTA MOLETA.

As vilas em referência, situam-se na Fazendinha, Bairro do Portão.

3. Distrito: UMBARÁ.

JUSTIFICATIVA:

As áreas mencionadas hoje são imensamente povoadas, com amplo comércio, algumas inclusive como Umbará, dotadas de indústrias, e outras importantes atividades. E a água encanada é altamente necessária. Daí a razão do presente requerimento.

Certo do pronto atendimento ao solicitado, firmo o presente.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando a realização de estudos para a instalação de um Posto Policial (Módulo Policial), no Conjunto Residencial Mercúrio, localizado em Curitiba.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

O pedido em referência é plenamente justificável, diante da permanente ocorrência de registros policiais na área. Este conjunto, tem um número superior a mil e cem moradias, e situa-se ao lado da Vila Centenário, que também tem sido palco de muitos crimes. A Vila Centenário é altamente povoada. O Posto Policial poderia ser instalado num largo existente em meio ao Conjunto Residencial Mercúrio, e atenderia ao conjunto, à Vila Centenário e mais as Vilas Solitude, Santa Rosa e outras localizadas às margens da BR-277, trecho Curitiba - Paranaguá.

Saliente-se que a repartição policial mais próxima localiza-se no Cajuru (6.º Distrito Policial), que fica bem distante do setor para onde solicita-se o Posto Policial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja oficiado às Excelentíssimas autoridades referidas na Súmula,

solicitando que seja autorizada a implantação, em Toledo, das seguintes instituições:

a - Creche;

b - Centro de Estudos do Menor e Integração à Comunidade - CEMIC;

c - Centro de Formação Profissional - CFP.

JUSTIFICATIVA:

A creche irá atender a crianças de zero a seis anos de idade;

O CEMIC irá atender a menores na faixa de seis a quatorze anos de idade;

O CFP atenderá em conjunto com entidades educacionais e empresariais a menores dos quatorze aos dezoito anos de idade.

Encarecemos certa urgência para o acima solicitado, pois a concretização dessa reivindicação é aguardada com grande ansiedade pela comunidade toledada.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1980.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, o adiamento da discussão e votação, por três (03) sessões, do Projeto de Lei nº 10/80, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 59/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — A Secretaria da Saúde e Bem Estar Social deverá manter Livros próprios para Registro de Análise do leite empacotado dos diversos tipos e marcas vendidos no Estado do Paraná.

Parágrafo único — Nos referidos Livros deverão ser anotadas, diariamente, a análise dos diversos itens da composição exigidos por lei.

Art. 2.º — A análise de que trata esta lei, poderá ser procedida pela própria Secretaria da Saúde, pelo sistema de amostragem, ou recebida de outros órgãos credenciados, quer municipais, estaduais ou federais.

Parágrafo único — Para os efeitos deste artigo, fica autorizado o Poder Executivo a firmar os convênios que se fizerem necessários.

Art. 3.º — No primeiro dia útil de cada mês, deverão ser publicadas, obrigatoriamente, no Diário Oficial do Estado, pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sob o título "RESUMO DA ANÁLISE DO LEITE", abaixo da marca de cada produto cujas análises forem registradas, três (03) colunas distintas, contendo a primeira delas, o menor índice encontrado no mês; na segunda, o maior índice; e, na terceira, o índice médio dos seguintes itens, entre outros que possam ser divulgados:

a) DO EXAME BROMATOLÓGICO:

1. Densidade a 15 graus centígrados
2. Gordura (percentual)
3. Acidez (em graus)
4. Extrato seco (percentual)
5. Resíduo mineral fixo (percentual)

b) DO EXAME BACTERIOLÓGICO:

1. Contagem total de bactérias (48 h a 27.º C)
2. Contagem total de coliformes (NPM/ml)
3. Contagem total de Escherichia coli (NPM/ml)
4. Contagem total de bolores e leveduras
5. Pesquisa de Staphylococcus aureus
6. Pesquisa de Salmonella (em 25 ml).

Art. 4.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O problema da qualidade do leite já é muito antigo.

Após a revolucionária técnica da pasteurização, quando o leite passou a ser empacotado, a população de nosso Estado conheceu um breve período de higienização desse produto.

Infelizmente, o descuido e outros fatores já denunciados por diversos brasileiros, entre os quais o renomado jornalista David Nasser, fizeram com que a produção do leite viesse a causar sérios prejuízos à população de nosso País.

A desnaturalização desse alimento teve a sua pior fase quando se implantou a diferenciação dos tipos “A”, “B” e “C”, respectivamente.

Hoje, os nomes mudaram, e surgiu até mesmo o tipo “Especial”, mas, na realidade, não temos, para a alimentação de grande parcela da população brasileira, sequer o chamado leite magro, com apenas 2% de teor de gordura.

O preço do leite, com 2% e 3,2%, de teor de gordura, no momento, é de Cr\$ 12,00 e Cr\$ 19,00, respectivamente, valor inacessível para a maior parte dos trabalhadores brasileiros.

Como se não bastasse, essa qualidade, geralmente é denunciada pela população e pela imprensa.

Daí nossa preocupação ao elaborar-mos o presente Plano de Lei, com a finalidade de fazer com que a composição dos diversos tipos e marcas de leite seja divulgada periodicamente pela Secretaria da Saúde do Estado.

Esse fato fará com que as populações servidas do precioso líquido possam conhecer melhor o alimento que é servido diariamente em suas mesas, e, dado o seu alcance popular, auxiliar-nos e defender todos os consumidores desse produto, contra eventuais fraudes ou atentados prejudiciais à saúde do povo.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença na tribuna prende-se especificamente a um requerimento que encaminho à Mesa para decisão desta Casa, através do qual, faço um apelo ao Senhor Governador do Estado no sentido de que torne possível o cumprimento de uma promessa que Sua Excelência fez publicamente no Município de Alvorada do Sul, pouco antes da sua posse no cargo de Governador do Estado do Paraná.

Sendo assim, parece-me que a justificativa deste requerimento pudesse dizer a suficiência da minha presença na tribuna.

Este requerimento visa, antes de mais nada, a pavimentação asfáltica de aproximadamente 30 Kms de estrada que liga os Municípios de Primeiro de Maio a Alvorada do Sul.

(Lê justificativa):

“Durante o Governo de Jaime Canet Junior, os Municípios de Primeiro de Maio e de Alvorada do Sul, até então sem ligação alguma asfáltica, foram contemplados com três estradas pavimentadas. Uma delas, ligando os Municípios de Primeiro de Maio a Sertãoópolis, posteriormente, a ligação também por asfalto, de Alvorada do Sul até Bela Vista do Paraíso e mais tarde, a ligação por asfalto, de Alvorada do Sul, até Porecatu.

Ainda no Governo passado, foi iniciado o trabalho de pavimentação da estrada que liga os Municípios de Primeiro de Maio e de Bela Vista do Paraíso, só que aquela estrada

pelo atual Governo foi abandonada. As obras foram simplesmente paralisadas com a retirada das máquinas. Posteriormente depois de muitas reclamações e reclamos desta tribuna, os trabalhos foram reiniciados, não obstante, em ritmo acentuadamente lento.

No Governo Canet Junior, teve início a elaboração de um projeto que visava a pavimentação asfáltica, do trecho que liga Primeiro de Maio até Alvorada do Sul.

Tal estrada representa o último segmento do anel da verdadeira Rodovia do turismo, já que o turismo está em implantação naquela região. Assim, com a pavimentação de Primeiro de Maio a Alvorada do Sul, nós teríamos o anel completo saindo de Sertãoópolis, por asfalto a Primeiro de Maio a Alvorada, de lá, ligando com Porecatu e toda a região de cima, Centenário, Lupianópolis, Santo Inácio e também ligando por dentro, através de Bela Vista do Paraíso, indo para Londrina.

Vale a pena recordar que pouco antes de assumir o Governo do Estado do Paraná, o Senhor Ney Braga transitou na referida estrada, indo de Primeiro de Maio a Alvorada do Sul e naquela ocasião, quando lhe fizemos um apelo público. Sua Excelência confirmou publicamente e fez a promessa de que a pavimentação asfáltica daquele trecho haveria de ser constituir na primeira etapa de seu Governo.

Indescritível a alegria da população dos referidos municípios em virtude da promessa do Senhor Governador Ney Braga. Hoje, tanto tempo depois, as coisas estão ainda em piores condições, pois até o trabalho de conservação deixou de ser realizado como devia. O tráfego entre Primeiro de Maio e Alvorada do Sul nos dias de chuva, hoje, é impossível.

Eu, durante este mês, já por duas ocasiões, trafeguei por aquela estrada em dia seco, em péssimas condições, e depois, de um dia chuvoso com terríveis dificuldades para poder cobrir os 29 Kms.

A nossa presença na tribuna hoje tem o sentido de, que esta Casa, aprove o encaminhamento deste expediente ao Senhor Governador, para que tenhamos a pavimentação asfáltica deste trecho, se não for em função da promessa política, pública, feita em Alvorada do Sul, quando, um pouco antes da sua posse, em última análise, que seja em respeito à gente daquela região e pela necessidade incontinente de que tenhamos essa importante ligação entre os dois municípios.

Era a razão da nossa presença na tribuna, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas ocupo a tribuna, para solicitar o apoio dos demais companheiros, num requerimento que dou entrada pedindo um voto de aplauso ao Conselho Deliberativo de Acidentes do Estado do Paraná. Porque o Conselho Deliberativo de Acidentes é integrado por 45 membros todos escolhidos dentro da comunidade e trabalhando graciosamente, sem cobrar um tostão, eles fazem expediente no período da manhã e também no período da tarde atendendo uma média de 40 casos diários. E agora, através do seu Presidente Gilberto Meneses, o CDA do DETRAN do Paraná, resolveu implantar uma nova norma que estabeleça uma punição imediata daqueles que cometerem acidentes graves.

A partir então, desta semana, os motoristas que forem pegos, depois de provocarem um acidente, por dirigirem embriagados ou com o veículo em más condições concorrendo para o sinistro, ou dirigindo com estafa, provocando naturalmente danos, ferimentos ou mortes, serão classificados como causadores de acidente grave, consequentemente, terão as suas carteiras apreendidas e somente, poderão readquiri-las

depois de passarem por todos os exames legais. Ele volta a fazer novamente todo o exame que um elemento naturalmente faz, quando consegue a sua carteira pela primeira vez. Assim sendo, então, eu entendo que estas normas vem trazer resultados práticos eficientes e vai tirar naturalmente de circulação perigosos motoristas, alguns dos quais inclusive, marginais do trânsito que terão naturalmente, as suas carteiras apreendidas.

Por mais de uma semana, participei do dia a dia do CDA, procurando verificar o método de trabalho. Lá estão 45 pessoas distribuídas em 10 câmaras, cada uma com 3 a 5 membros e com seu Presidente, trabalhando verdadeiramente, em benefício da nossa sociedade.

Por isso, entendo que é o momento de reconhecermos aqui, este trabalho desenvolvido através da comunidade, já que os membros do CDA, são elementos trabalhando graciosamente. Assim sendo, requeiro então este voto de aplausos, porque entendo que esta norma adotada é benéfica e vem trazer resultados práticos.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Trajano Bastos, inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, para o Paraná, mais uma vez se manifesta e negativamente como sempre aos interesses da comunidade paranaense, o tão combatido, o tão criticado e o nefasto e expúrio comando político, que o Governo do Estado tem atribuído aos seus representantes regionais.

No caso presente, Sr. Presidente, eu me refiro à remoção injusta, inexplicável, do Delegado de Guarapuava, doutor Agostinho Neto.

Ocupo o Pequeno Expediente nesta tarde, única e exclusivamente, para fazer um registro e amanhã, no Grande Expediente, trarei documentos, manifestações, de todos os segmentos da sociedade guarapuavana e dos municípios vizinhos, que solicitaram ao Sr. Governador do Estado, a permanência do Delegado Agostinho, em Guarapuava, dado a sua conduta irreparável como titular daquela delegacia em minha cidade.

Quero neste Pequeno Expediente, tão somente, ler para que fique transcrito nos Anais desta Casa, as declarações do delegado deposto que estão publicadas hoje no Jornal, O Estado do Paraná.

Diz o delegado: (Lê).

"Infelizmente, a politicagem está tomando conta dos meios policiais. Isto é profundamente lamentável, principalmente num momento em que temos à frente homens realmente interessados em moralizar a nossa polícia. Digo isso com muita tristeza, porque no período em que ficamos à frente da Subdivisão de Guarapuava, acreditamos ter feito um bom trabalho e a prova disso foi a queda do índice de criminalidade naquela área. Assim que assumi a Delegacia, pedi uma correção e descobri que havia quase dois mil inquéritos engavetados, disse Agostinho.

Segundo o Delegado, tudo começou quando há pouco mais de um mês ele fez graves denúncias sobre o estado em que se encontrava a Delegacia de Laranjeiras do Sul, reportagem esta publicada pelo O ESTADO. Naquela ocasião, Agostinho Cardoso Neto atribuiu o fato principalmente à interferências políticas que vinham ocorrendo no setor, principalmente de parte do Deputado que detém o mando político na região, que inclusive pretendia levar para Laranjeiras do Sul, como Delegado, não um bacharel em Direito, mas sim um capitão da Polícia Militar. Ao mesmo tempo ele fez crí-

ticas à interferência de políticos na área de Segurança Pública.

Porém, outros motivos também levaram o político a abrir uma campanha contra o delegado, fato que levou a Secretaria de Segurança Pública a abrir uma sindicância para apurar os fatos. Essa sindicância foi feita pelo Delegado José Carlos Branco que, ao final do trabalho desenvolvido, nada apurou que viesse a comprometer a imagem do delegado e da própria Polícia junto à opinião pública de Guarapuava. O que se apurou foi a revolta da população que chegou até a se manifestar publicamente a favor do delegado, reconhecendo o bom trabalho que vem desenvolvendo à frente daquela Subdivisão. Revoltado com o resultado da sindicância, o Deputado Leônidas Chaves teria chamado o Delegado José Carlos Branco de "mentiroso", naturalmente, referindo-se às informações contidas na sindicância.

E continua o delegado:

Não tínhamos o apoio do Deputado que detém o comando político da cidade, que dá força a um vereador já acostumado em tirar delegados de Guarapuava, onde os que por ali passaram saíram em função desse vereador que tem vários processos contra ele, por estelionato, foi atingido pelo AI-5, por furto de pinheiro. Naquela ocasião ele pertencia à Polícia Rodoviária Estadual. É um mau caráter e que, infelizmente, manda dentro da polícia em Guarapuava.

Nós, não aceitando essa situação, quando assumimos a Subdivisão, passamos a ser seu inimigo. Na primeira oportunidade que ele tentou interferir, pedimos sua carteira da Ordem dos Advogados, porém como é óbvio, ele não a possuía. Diz Agostinho.

Os mandos e desmandos do Vereador Benedito de Paula Louro, chegavam ao ponto dele possuir, até, cópias das chaves da delegacia, de onde tirava ou colocava presos na hora em que bem entendesse. "O poder deste homem era tão grande que ele dava ordens como se fosse o delegado e o delegado fosse uma marionete em suas mãos. Lamentamos que ainda existam em 1.980 essas influências políticas negativas dentro da polícia. Um elemento desta estirpe se compara, para mim, como se fosse uma prostituta que mandasse dentro da delegacia.

Para o Deputado Leônidas Chaves era uma questão de honra conseguir o afastamento do Delegado Agostinho Cardoso Neto, principalmente, após as acusações que este fez, relacionadas à situação em que se encontrava a cadeia pública de Laranjeiras do Sul. "Na ocasião dissemos que Laranjeiras do Sul estava abandonada completamente, sem policiamento, sem viaturas, sem prédio, sem nada e culpávamos, naquela ocasião, aqueles que detém o mando político da região, ou seja, o Deputado Leônidas Chaves. Dali em diante, passou a ser uma questão de honra para ele me tirar da delegacia."

Continua Cardoso: "O Deputado é ainda daquela política de antanho, que acha que o delegado de polícia é uma marionete em suas mãos e nos exigiu não só que protegêssemos o vereador nos inquéritos que ele possui na delegacia, como em outros casos, inclusive de um homicídio culposo, quando os cachorros de um seu amigo esfaquearam um cidadão, matando-o. O Deputado não queria que indiciássemos o seu amigo. Cumprimos com nosso dever de polícia e remetemos o inquérito a juízo."

Por essas e outras coisas, diz o Delegado, "é que passamos a sofrer a campanha que resultou em nosso afastamento. Estou com a consciência tranqüila, cumpro meu papel, levantei quase dois mil inquéritos engavetados na delegacia, fiz mais de cem denúncias e cumpro quase setecentos mandatos de prisão. Acho que tudo isso, além de ter a meu favor a opinião pública, é muito mais gratificante que me envolver em injunções e politicagem", completou Agostinho Cardoso Neto.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o

Sr. Secretário de Segurança Pública, com tantos problemas a resolver em sua área, se preocupe na remoção de um Delegado que vem cumprindo, honestamente, sua missão.

É lamentável, também que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado compactue com esses desmandos políticos que existem em nosso Estado.

Muito obrigado.. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Antonio Pereira Lima, Vereador de Porecatu que se faz acompanhar pelo Sr. José Teixeira de Moraes, do Distrito de Rosário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, 1.º orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“No desempenho de nosso mandato, desde o início, acompanhamos de perto a mais onerosa e extraordinária obra de engenharia já construída em solo pátrio. E o Paraná, mais precisamente o oeste do nosso estado, é que maior ônus carregará durante e após a conclusão deste gigante — ITAIPU BINACIONAL. São mais de 100 mil alqueires de terra fértil e amplamente cultivada, mecanizada que deixarão de produzir soja e trigo e com estes produtos significativas divisas, para nosso Estado. Uma população laboriosa de 8.000 famílias já estão interrompendo seu trabalho hoje as voltas com indenizações irrisórias e a angustiante pergunta: para onde ir? Patrimônios inteiros em franco progresso, com escolas amplas, hospitais, comércio forte, cinema etc. serão atingidos, alguns como Sede Alvorada (já extinto) Itacorá (em fase de extinção) e outros menores serão engolidos pelas águas do futuro reservatório, enquanto que outros patrimônios serão atingidos indiretamente com a diminuição da densidade demográfica das zonas circunvizinhas que serão inundadas, como é o caso de Porto Mendes. O Paraná haverá de lamentar a ausência repentina de 8.000 famílias acostumadas a regar o progresso do nosso solo fecundo, com sua exemplar experiência no cultivo da terra aprimorada pela técnica, com o suor de homem trabalhador, invencível na luta pelo pão de cada dia dos paranaenses.

O Paraná só conhecerá o verdadeiro ônus que lhe está sendo imposto quando os efeitos ecológicos do maior lago artificial do mundo em densidade e volume de água se manifestar provocando um comportamento na natureza até o momento imprevisível. Só podemos prever o que nos testemunham as experiências semelhantes feitas na Grécia - Kremasta, na Índia - Koina, no Egito - Aswan, na África - junto ao rio Zambesi; ou seja: Podemos prever que a natureza jamais deixou impune e sem resposta qualquer provocação desmensurada contra ela desferida.

É no Paraná, ou melhor num cantinho do oeste do nosso estado, no canteiro de obras da Itaipu Binacional, para onde está sendo canalizado uma das maiores fortunas já investidas num só projeto: 9,9 bilhões de dólares.

E tudo isto, 9,9 bilhões, excede em 500 milhões o orçamento da União para o exercício de 1.979. No entanto, nem o Paraná, sede do Projeto, nem o Tribunal de Contas da União, nem o Congresso Nacional controla as contas da Itaipu Binacional geridas pelo seu Presidente, General Costa Cavalcanti.

Se o Presidente da República com todo seu Ministério e subalternos, são chamados a prestar contas à Nação sobre os 9,4 bilhões de dólares orçados em 1.979, quem é o Presidente da Itaipu Nacional que não precisa prestar contas à Nação?

E o Paraná que está sendo convocado a produzir soja

café, suíno, fumo etc., para ajudar no pagamento da dívida externa; o Paraná confiscado em 100 mil alqueires de terra de sua região mais fértil; O Paraná de obra rural; O Paraná que será o primeiro a sentir os efeitos ecológicos do projeto numa de suas regiões mais ricas, colocando em risco sua produção mais importante que é o soja; o Paraná que dispensará um corredor de 800 Km através de seu território por onde conduzirão a maior fatia da energia a ser produzida aqui; O Paraná que terá que alterar toda sua infra-estrutura viária ao longo dos 200Km da faixa de fronteira; o Paraná que sofrerá com a alteração em sua estrutura geo-política em pelo menos 4 ou 5 municípios atingidos. O Paraná, tão abençoado com a beleza natural das 7 Quedas, ficará privado das mesmas.

Enfim, não cabe ao Paraná perguntar sobre os destinos dos 9,9 bilhões de dólares? Em quanto seremos Beneficiários? Quem nos ajudará pagar os prejuízos? Ou será que só seremos lembrados na hora de pagar as dívidas sem o direito de sabermos porque foram contraídas e como foram administradas?

É forçoso reconhecer que Itaipu, a pedra que canta desencanta o desespero de milhares de colonos paranaenses fugiu ao nosso controle. Invadiram o Paraná, tomaram um pedaço do território do Município de Foz, onde construíram uma cidade ao lado de Foz do Iguaçu e cercaram-na só para eles: com segurança própria, locomoção própria, área de lazer própria, restaurante próprio, oficinas próprias, enfim, suplantaram o que havia em Foz. A cidade de Foz do Iguaçu ficou servindo apenas na recepção do boia-fria que procurava acercar-se da Deusa Itaipu para conseguir emprego junto a alguma empreiteira no serviço mais grosseiro. As favelas se multiplicaram, o índice de criminalidade aumentou, as vilas mais pobres se prostituíram. Há de se reconhecer que a cidade de Foz do Iguaçu, como antesala de tão imperioso projeto mereceu alguns reparos, e foi neste aspecto que o prefeito da cidade viu alguma vantagem quando auxiliado pela Itaipu na construção de largas avenidas e no embelezamento da cidade-centro.

Não passou, no entanto, de apenas um retoque, no sentido de melhorar a ante-sala da verdadeira cidade de Itaipu pois as favelas continuam inchando agora com os que vão perdendo a chance do emprego na medida que o serviço mais grosseiro de escavações, infra-estrutura, em fase de conclusão vão dispensando aquela mão-de-obra aviltada.

A Itaipu pedra que canta os 9,9 bilhões de dólares, parece não esquentar a cabeça dos que estão no alcance desta fortuna, nem dos que a contraem em forma de dívida externa, dizendo-se representantes do povo brasileiro, mas muita dor de cabeça e muita noite de insônia está passando o pequeno trabalhador do campo.

Este mesmo trabalhador que toda sua vida só soube trabalhar e acumular riquezas para o Paraná e meia dúzia de seus “mais mais”, e que para si sobrava a cada safra apenas um cantinho de terra e um rancho para seguir enganando a morte e prolongando hora fatal.

E veja bem Sr. Presidente, Srs. Deputados

Só com o cheiro dos 9,9 bilhões de dólares, dívida esta que com ou sem a terra, o trabalhador rural haverá de ajudar a pagar, Itaipu poderia indenizar a contento a terra no preço do mercado imobiliário local, os lucros cessantes de no mínimo uma safra, benfeitorias e ajuda de custo para nova instalação em região de suas preferências, e assim, estariam ajudando ao Paraná a quitar uma dívida moral com os que tanto trabalharam para o nosso progresso. Mas quer me parecer que segundo relatório da CPT sobre o andamento das indenizações, nem o Paraná, nem os indenizados, sentirão sequer o cheiro desta fortuna a ser aplicada.

Itaipu, através de seu departamento jurídico, que alias se diga de passagem, muito hábil no manejo das leis, mas sem sensibilidade para com os princípios básicos de justiça sempre

esteve pronta para contra-atacar qualquer contestação à Itaipu.

Percorreram a região toda a ser inundada propalando a indenização por preço justo e respondendo a perguntas dos populares, prometendo auxiliar posseiros na legislação das terras indenização prévia e direito de plantio até a época da inundação.

Chegaram até a esgotar a paciência dos populares que ficavam cada vez mais agonizados com a idéia de abandonar uma região tão fértil e que lhes custara tanto sacrifício, irritados por não obter respostas a perguntas concretas como:

Quanto? Quando viria a indenização? Já saturados com as reuniões onde sempre repetiam as mesmas informações abstratas, houve lugares onde já não podiam deixar a palavra livre para perguntas pois isto chegava a provocar tumulto, aceitando a partir de então, somente perguntas por escrito. Exigência absurda para uma população acostumada apenas com a comunicação verbal e de pouca prática da comunicação escrita.

A Igreja, mais próxima do povo e do seu dia a dia, dos seus sofrimentos e alegrias, foi a primeira a sentir o desânimo, a descrença, a apatia em que agonizavam esta gente, outrora tão laboriosa e satisfeitas a cada presságio de uma nova safra. Inúmeras reuniões, assembléias populares, perguntas, foram dirigidas aos que dispõem hoje de aproximadamente um quinto de nossa dívida externa, 9,9 bilhões de dólares. Uma pequena majoração no preço pago à terra nua, muito abaixo dos índices de inflação e desvalorização da moeda, vãs promessas, foi até aqui a resposta.

Os posseiros diziam, recebiam 50% do valor da terra, o restante seria depositado em juízo até se esclarecer o litígio da posse. Mas tudo não passou de promessa de político em véspera de eleição.

Basta ler o recente relatório da CPT sobre o andamento das indenizações para constatar a total falta de respeito para com o Paraná e sua gente. Os posseiros são indenizados só pelas benfeitorias — e são induzidos a aceitar sem tempo para legalização ou aguardava a intervenção do INCRA, assinado acerto com Itaipu.

Se quiser receber o total deverá ver-se com o litigante. Assim posseiros com vinte anos de posse precisam acertar com proprietários que possui escritura datada de 1974. O documento cita o caso dos pousos frios de Marechal Cândido Rondon onde no aguardo de uma solução do INCRA, posseiros estão sendo intimidados para aceitar acordo com Itaipu e assim receber só pelas benfeitorias.

Na gleba Passo-Cuê, Foz do Iguaçu, 29 famílias detentoras de escritura registrada desde 1962, agora tem que defender-se contra Altino dos Reis Junqueira que diz possuir também escritura e busca habilitar-se junto a Itaipu para receber indenização.

A justiça local havia se pronunciado a favor de Junqueira sem o conhecimento dos ocupantes

Em pronunciamento feito há meses passados, nós dizíamos desta tribuna, que vários agricultores recebiam suas propostas por parte de funcionários da Itaipu, anotadas em simples papel de embrulho, ocasião em que fomos aparteados pelo nobre Deputado Tércio Albuquerque, que se dizia inconformado com tal afirmativa feita por nós, naquela ocasião.

Vejamos o que diz a Secretaria Geral da CPT.

“O expropriado assina o acordo sem ter em mãos papel algum, enquanto que Itaipu explica que — a cópia está sendo feita e está à disposição quando a pedem —. Ora, quem se negaria a receber uma segunda via se lhe fosse oferecida no ato da assinatura da aceitação da proposta? Suspeita-se, prossegue a nota, que Itaipu não está interessada em trabalhar às claras. Certamente publicará as suas próprias estatísticas, mas impede que elas sejam verificadas na prática, contribuindo para aumentar a insegurança do expropriado”.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um apar-

te? (Assentimento).

Ilustre Deputado, realmente, é um prazer saber que nesta tarde está se trazendo à tribuna, talvez, um dos assuntos mais angustiantes de uma Região do Estado do Paraná. Não há dúvida de que talvez, Vossa Excelência tenha quase se esgotado no cansaço, no consumo da energia, na preocupação, na angústia da problemática mas, volta sempre ao assunto e cada vez com dados novos, com novas realidades, ampliando a preocupação e por isso, motivo de congratulação ao ouvi-lo nesta tarde. Ainda mais com estes últimos dados, onde não são mais os Deputados da Oposição do Oeste do Paraná que trazem o assunto, não são mais as denúncias de parlamentares daquela Região, preocupados com o problema de cada um e de todos. Não só com o problema ecológico, não só com o problema ambiental, não só com os valores indenizatórios aquém do real, não só com o problema das oito mil famílias que estão sendo desalojadas, não só com o grande lago, com as conseqüências futuras que ninguém sabe quais serão.

Mas, mais do que isso Deputado, a preocupação com todo este ente social que está sendo lá espezinado, e humilhado por obra ciclópica, megalomaniaca, quando a Pastoral da Terra, traz estes depoimentos que aqui já foram ditos no ano passado por Vossa Excelência inclusive por nós também, de que os agricultores estão sendo, indireta e diretamente coagidos até por expedientes como este de vir com uma proposta, sem uma documentação maior, sem uma prova concreta dos elementos dessa proposta deixando aquele cidadão ao léu, à própria sorte, não sabendo a quem se dirigir, jogando-se ao desespero do futuro seu e de sua família.

Ora, bem sabemos, que a insensibilidade tem sido própria dos Governos ditatoriais deste País. Mas, a insensibilidade, tem atingido também os nossos Governantes do Estado. tem atingido inclusive, representantes da Região que muitas vezes se preocupam mais em defender gerais que presentemente, estão à testa de uma Binacional. Agora a verdade está aí, traduzida na sua palavra de angústia, de quase desespero de toda essa situação do Extremo Oeste do Paraná e, esse Paraná humilhado, ajoelhado, não tem coragem de ao menos levantar-se, erguer-se para exigir respeito aos cem mil alqueires de terra, respeito por oito mil famílias, respeito pelo futuro ambiental e ecológico e, acima de tudo, respeito à este elemento humano que está lá, na ante-sala do desespero. Figurante não se sabe de quando, amanhã ou depois, do Paraguai, de Rondônia, de Curitiba, ou dos outros grandes centros. Realmente, de parabéns, esta preocupação, bem sabemos que talvez não vá resolver muita coisa, nós estamos cansados de bater nesta tecla. Já estamos até não acreditando mais no adágio popular de que “água mole, em pedra dura, tanto bate, até que fura”. Até nisto já desacreditamos.

Mas na verdade, é preciso resistir, mais do que nunca, trazendo estas denúncias, mesmo que a Binacional queira se colocar incólume, acima das tendências e dos interesses do Paraná, acima do Congresso Nacional, acima do Tribunal de Contas da União, acima enfim do julgamento dos brasileiros.

Mais dia, menos dia, quando se rebuscar aqueles que denunciaram esta realidade, lá encontraremos Gernote Kirinus, analisando, criticando, ponderando, e exigindo ao menos o respeito humano. Por isto a felicitação pela sua colocação hoje.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado, nobre Deputado.

Como bem disse Vossa Excelência, trata-se aqui, principalmente, de respeito. Respeito ao homem, ao Paraná, à sua gente. É neste sentido que voltamos a debater este assunto tão importante, que é Itaipu Binacional.

Prossigo, Sr. Presidente.

A unilateralidade dos critérios utilizados por Itaipu, no processo de medição e conseqüente avaliação chega até a ser gritante. Conforme afirmação e consta de documento da Pas-

Curitiba, terça, 27/05/80.

toral da Terra, feita em novembro de 1978, pelo Diretor Jurídico desta mesma Itaipu, há 300 agricultores em Entre Rios, Marechal Cândido Rondon, todas as vezes que houver desencontro entre as medições de Itaipu e a constante em escritura, vale a medição da Itaipu caso ela for menor do que a da escritura, e em caso de ser maior a medição de Itaipu, vale a medição menor da escritura. Verdadeiro absurdo. Isto é, vale a medição que convier à Itaipu... O prejuízo será do desapropriado.

Outro aspecto levantado pela Pastoral da Terra — a média de indenizações da Itaipu estava em 90 mil, foi majorada para 105 mil cruzeiros o alqueire. Está portanto muito aquém das reivindicações aprovadas na assembléia assistida pela Comissão Pastoral da Terra, pela Comissão de Justiça e Paz, pela FETAEP, em 07 de abril de 1979, em Santa Helena, onde se reivindicava 100 mil cruzeiros o alqueire, com reajuste mensal, conforme a oscilação das ORTNs, que hoje corresponderia à 160 mil cruzeiros o alqueire.

Outro dado — segundo conclusão de cálculos feitos pela Comissão Pastoral da Terra, em base à informações da própria Itaipu, em 1981, quando iniciarem parcialmente as inundações, deverão restar ainda 1.500 propriedades por serem indenizadas, caso não acelerarem o ritmo de desapropriação.

Outra preocupação manifesta no relatório é quanto às propriedades que ficaram esquecidas em meio à áreas que já foram indenizadas, como por exemplo em Sede Alvorada, Município de São Miguel do Iguaçu. Ali agricultores estão angustiados porque todos ao seu redor já foram (beneficiados) indenizados e apenas um ou outro restou. Já não existe mais infraestrutura, para buscar um galão de gasolina tem que percorrer 70 km, porque em Sede Alvorada do Iguaçu, o posto de gasolina fechou. O comércio também já fechou. Portanto, estes colonos, angustiados, estão abandonados e esquecidos no meio de uma área que já foi desapropriada. Há muito Itaipu abandonou o plano de indenizar a partir da margem do Rio Paraná em direção à periferia do futuro lago, conforme anunciara anteriormente. Muitos agricultores ao perceberem a proximidade do processo indenizatório, já se preocupavam em adquirir outra área, assumindo compromissos de compra. Posteriormente, tiveram que abandonar as propostas, perdendo as entradas já pagas como sinal de negócio, simplesmente porque Itaipu, repentinamente, abandona aquela área e passa a indenizar numa nova área.

Não há explicação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para este processo desordenado de indenização, que vem aumentando a frustração e o desespero dos indenizados.

Outro esclarecimento importante que nos traz o relatório da Comissão Pastoral da Terra é quanto ao reassentamento dos indenizados, dentro do Estado do Paraná, que segundo Itaipu, viria a testemunhar que as reivindicações, sobre melhores são falsas. Que elas são justas porque permitem que o agricultor se reassente dentro do Paraná.

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra, uma grande parte das famílias de indenizados está com o dinheiro da indenização em situação privilegiada diante dos demais pequenos agricultores da região, que atravessam profundas crises após as estiagens e frustrações de safras dos últimos anos. São os indenizados os únicos que possuem hoje poder de barganha, para comprarem as terras dos demais que passam a engrossar as fileiras dos que migram para Rondônia e Mato Grosso.

Portanto, o que está havendo é apenas uma substituição daquele agricultor que hoje tem um pouco de dinheiro que foi indenizado por aquele que passando por profunda crise, passa a migrar para o norte do nosso País. Isso aliás é natural, pois a corda sempre rebenta na parte mais fraca. No entanto, isso não justifica, segundo nossa opinião, nem caracteriza as indenizações que realmente são insuficientes. E para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eis aí um assunto de interesse do Paraná, que deve ser

analisado sem as falsas paixões político-partidárias. Por hora temos muito em comum ao colocarmos-nos ao lado daqueles que lutam por melhores indenizações. Pois estes mesmos lutaram pelo Paraná de hoje, sem medir esforços, e o que nos legaram é para nós herança sagrada, que deve ser preservada, que deve ser defendida. Não vai aqui demagogia alguma, eleitoreira, como muitas vezes fomos acusados e mal interpretados aqui nesta Casa. Basta lembrar que em 1982 este contingente eleitoral já não votará mais no Paraná; talvez vote inclusive num País estrangeiro. Mas não será por isso que haveremos de entregar esta bandeira em prol do Paraná, em prol da nossa gente, que está sendo lesada por Itaipu. Muito pelo contrário, haveremos de juntos transformar a bandeira de Itaipu numa bandeira também paranaense, para que ela sirva aos nossos interesses, porque estamos embuídos do ideal cristão, que diz que o bem material serve enquanto estiver servindo ao homem. Quando não estiver servindo ao homem, ele está a serviço da corrupção e do desmando. Buscando juntos aos 9,9 bilhões de dólares, a parte que nos cabe, pelo sacrifício de nossas terras, nossa gente, nossa fauna, nossa beleza natural, nosso potencial hidrelétrico. É isso que nos propomos e é isso que conclamamos a todos os Parlamentares desta Casa. E já é hora de começarmos a levantar mais as nossas vozes, para que o Paraná não fique completamente descapitalizado naquela região.

E neste sentido, gostaria ainda finalizando, Sr. Presidente, de levar um voto de louvor, de apoio e de reconhecimento, ao projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados, de autoria do brilhante parlamentar Maurício Fruet. Que procura regulamentar os direitos dos municípios e Estados, que como sede de projetos do tipo Itaipu, serão afetados em sua base econômica, auferindo-lhes os legítimos direitos de participar dos benefícios criados em tais projetos de Lei n.º 797/8/1979.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa o nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

No entanto, consulta a Liderança se Vossa Excelência pode usar a tribuna no horário reservado à mesma.

O SR. DARCY DEITOS — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Tem a palavra o Sr. Deputado Gernote Kirinus, no horário reservado à Liderança.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Ouvi com muita atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, nesta Casa, quando se refere ao problema de indenização com o alagamento das terras, em função da construção da Usina Itaipu e também os prejuízos daí decorrentes, ao Estado do Paraná.

Esse assunto, realmente, é daqueles que deve prender a atenção da Casa e movimentar todas as forças vivas, sem o facciosismo das correntes políticas, porque se trata da segunda riqueza de nosso Estado. E tomo a liberdade, Deputado, de repetir o que já disse no primeiro discurso que proferi nesta Casa de Leis, há cinco anos atrás, quando afirmava que o nosso potencial energético era a segunda riqueza que nosso Estado possuía. E que a indenização que se pleiteava às áreas de terras, deveria ser justa, não só ao agricultor, mas também deveria significar uma medida compensatória ao Governo do Estado, pela perda das suas terras. E, portanto, por perda de parte de sua produção agrícola.

Vossa Excelência tem razão quando analisa o problema da indenização. Deve ser ela, e isso diz a própria lei, que deve ser suficientemente justa, para que possibilite ao desapropriado a compra de outro imóvel com as mesmas características daquele que foi desapropriado.

Itaipu precisa deixar alguma coisa de positivo no Estado do Paraná. Porque, se não, teremos as seqüelas dos problemas so-

ciais, o agravamento das tensões urbanas e termos o prejuízo da perda do nosso grande potencial, que é o potencial humano que irá para outros centros.

Diversas medidas têm sido estudadas, propostas, não só a nível de Comissão de Justiça Pastoral, mas de entidades governamentais, de associações de classe.

Vossa Excelência também não desconhece a lei que regula o uso da água para efeito energético e que estabelece que um percentual do imposto único sobre a energia elétrica deve ficar no município onde a energia é gerada.

Ocorre que esse percentual, na verdade, é insignificante.

E o que se precisa fazer, e era essa, talvez, a tarefa maior que este Parlamento poderia ter, era lutar para que se criasse uma espécie de "royalties" sobre a água gerada no Estado do Paraná. Porque, se vamos perder nosso potencial agrícola, precisamos ter uma compensação. O Governador Ney Braga é sensível a esse problema. Tanto que uma das primeiras lutas, nesse seu primeiro ano de Governo, foi exatamente que se fizesse a Rodovia da Soja, que significará o investimento do Governo Federal, de alta monta, para o Estado do Paraná. É uma espécie de compensação.

Mas, o que se precisava realmente fazer era conseguir sensibilizar Itaipu Binacional, o Governo Federal, para que se estabelecesse uma espécie de taxa que Itaipu deveria pagar ao Estado do Paraná, como compensação pela terra. E isto é possível fazer tendo em vista o próprio acordo binacional existente entre o Brasil e Paraguai, que Vossa Excelência não deve desconhecer, que, no Tratado que criou a Binacional de Itaipu, há o estabelecimento de uma taxa fixa, em dólar, variável a cada ano, como pagamento do uso da água, por Itaipu, para o Paraguai e para o Brasil.

Ora, se há este valor, e se este valor vai entrar nos cofres da Nação, pelo menos é justo que este dinheiro fique aqui no Paraná para que nós possamos, por exemplo, com este recurso, financiar todo o nosso ensino superior.

Mas Vossa Excelência, que aborda o assunto com tanta propriedade, não deve desconhecer também o problema mais sério que nós temos no Paraná, que é exatamente a construção de outras usinas que estão sendo feitas na região Sudoeste do Paraná, por empresas não paranaenses que estão criando problemas agudos e muito mais graves em termos sociais que a própria Itaipu, como é o caso da Usina de Salto Osório e da Usina de Salto Santiago e nós estamos, eu pessoalmente tenho estado quase que mensalmente em contato com as autoridades desse setor, para procurar fazer com que a indenização paga para os agricultores de Chopinzinho, de São João, de Coronel Vivida, de São Jorge, possa ser pelo menos, a mesma que Itaipu está pagando na região de Foz do Iguaçu e infelizmente não tenho sido bem sucedido nessas tentativas que tenho feito.

Ainda recentemente, há questão de 15 dias atrás, fui a Florianópolis, à sede da ELETROSUL, juntamente com o Secretário da Agricultura, Dr. Reinold Stephanes, com o Presidente do ITC, Dr. Joaquim Severino e com o Coordenador do INCRA, Dr. José Guilherme Cavagnari, pedindo, reclamando, exigindo, protestando para que a ELETROSUL realmente pagasse um preço justo pela indenização aos agricultores.

Se nós analisarmos que as áreas a serem inundadas com a construção de Itaipu, Salto Santiago, Foz do Areia, Salto Segredo, Salto Caxias, enfim, todas as usinas que vão gerar no Paraná 22 milhões de Kws, necessários para o desenvolvimento do Brasil, isto sim, mas necessários também para que essa energia fique no Paraná, para que nós possamos fazer a tão sonhada desconcentração industrial. Nós paranaenses e por isso me congratulo com Vossa Excelência, devemos aqui nesta Casa, inclusive e tenho clamado isso há tempo, constituir uma comissão especial, com a participação de Parlamentares de todos os Partidos, com a representatividade de associações de classes, de agricultores, de associação comercial, enfim, de todas as pessoas in-

teressadas, para que nós possamos sensibilizar o Governo Federal e eu agora, eminente Deputado, recorde-me de uma discussão que travamos aqui, num final de tarde, entre o Deputado Friedrich e eu quando eu pedi a transcrição nos Anais desta Casa, de um editorial da "Gazeta do Povo", em que dizia que nós tínhamos uma agricultura rica, uma agricultura que havia crescido 147% ao ano, uma agricultura que nos dava 27% da totalidade da produção agrícola do País, em grãos, mas que nós éramos vítimas daquilo que o saudoso sociólogo, professor e político paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto definiu a respeito dos paranaenses, como a "síndrome da introversão".

Nós infelizmente não sabemos pedir e nós podemos pedir com a cabeça erguida nesses episódios, porque como diria Vieira, o orador célebre, sacro, nós estamos pedindo justiça para os agricultores e para o Paraná. Por isso me congratulo com Vossa Excelência. Sei da necessidade da construção das usinas, mas sei que o Paraná não poderá perder impunemente, grande área do seu território agricultável, sob pena de amanhã, os nossos filhos e os nossos descendentes cobrarem uma posição de omissão dos homens de hoje que tem responsabilidade.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Respondo seu aparte, nobre

Deputado, que vem enriquecer em parte o nosso pronunciamento fazendo algumas observações, no sentido de dizer; se medidas já foram tomadas pelo Governo do Estado do Paraná, em relação aos indenizados que é o maior problema social que vivemos no momento, talvez tenham tido a mesma infelicidade que os nossos pronunciamentos e que, segundo tenho anotações, este aqui já é o terceiro na ordem do meu mandato; terceiro, em Grande Expediente, reclamando e denunciando fatos graves que acontecem. No entanto, talvez essas medidas tenham tido o mesmo destino, ou seja, a apatia, o silêncio dos órgãos de Itaipu.

Quanto a uma comissão parlamentar, aqui também já foi sugerido pelo nobre Deputado Lázaro Dumont. A comissão foi aprovada, o requerimento, no entanto, nunca chegou a se concretizar essa comissão na Assembleia Legislativa. Fui consultado pela minha liderança para integrá-la, no entanto, não tive a felicidade de ver essa comissão, realmente, no ano passado se concretizar. Acredito, que devemos fazer um novo requerimento para que essa comissão finalmente se constitua, porque já é hora, já se aproxima o momento final da inundação, já vão aumentar os problemas dia a dia, com as indenizações, com o pessoal que já está saindo, já é hora alta, é o último alerta para que façamos essa comissão. E, talvez possamos nessa comissão, estudar a adaptação desta Lei Federal que está sendo encaminhada por Maurício Fruet.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Só um pequeno aparte, nobre

Deputado, para lhe dar, creio uma boa notícia. ELETROSUL está aí, o testemunho do Deputado Deni Schwartz, Nilso Sguarezi da minha região, realmente tem pago um preço aviltado aos agricultores.

De toda essa luta nossa, comum de todos os Parlamentares, já estão surgindo alguns aspectos positivos desta luta, por exemplo, a construção da usina em Guaíra, na Região de Guaíra, que a ELETROSUL fará, por delegação do Governo Federal, o seu processo de indenização, o seu processo de montagem, de legalização de terras, será delegado a um órgão Estadual, ao ITC e a Secretaria de Agricultura. E eu sei que estes órgãos estaduais haverão de ter muito mais sensibilidade para o problema social que os tecnocratas, que ocupam altas, polpudas e remuneradas funções em entidades como a Itaipu e como a ELETROSUL, e que infelizmente, não têm a sensibilidade necessária até para o exercício dessas funções.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Inclusive nobre Deputado, acredito que mesmo esses órgãos deverão ser reforçados através desta Casa de Leis, criando uma lei um pouco mais rigorosa em

relação às indenizações. Quer me parecer que as leis são muito brandas, permitem muitas evasivas às empresas, por isso, nós não temos um instrumento legal, realmente poderoso, como este que está tramitando no sentido de fazer as exigências que são de direito da população do município e do Estado onde aquelas obras ocorrem.

Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Para fazer minhas, as palavras do Deputado Luiz Alberto Oliveira e pedir ao orador para demonstrar claramente como a tecnocracia impera porque não há dinheiro para o posseiro ou para o proprietário. Veja o que diz aqui, o “Estado de São Paulo” de hoje, numa afirmação do Deputado Sebastião Rodrigues.

“Segundo o Parlamentar, Tompson Flores, Presidente da ELETROSUL confirmou em seu depoimento na CPI, na última quarta-feira, a fim de empregar Calos Humberto Flores, seu filho; Renê Renan Antunes de Oliveira, seu genro; e Pedro Vieira de Andrade o outro genro, além disso, o Presidente da ELETROSUL admitiu que sua nora casada com Carlos, acrescentou, é secretária da Construtora Camargo Correia S.A. e que a sua filha, esposa de Pedro, é a secretária da firma Engevixs S.A.

Lembrou-se Sebastião Rodrigues, que a Camargo Correia é a maior empreiteira do País com vultosos contratos com a ELETROSUL e a Engevixs firma de projetos é também contratante daquela empresa pública.

Tudo isso, que afirmamos aqui, é importante observar, não se trata de denúncia a ser apurada, pois já foi confirmado pelo Sr. Telmo Tompson Flores em depoimento na CPI, depoimento prestado sob julgamento, gravado e taquigrafado. O Presidente da ELETROSUL é réu confesso.

Sr. Deputado, não vai sobrar dinheiro nunca para as desapropriações. Porque é ele também que confessa que em Salto Osório foi construída uma casa, inclusive com tapetes persas em suas paredes, já denunciado nesta Casa, para receber o Presidente no dia de sua inauguração. Fato que infelizmente não ocorreu, face às chuvas que impossibilitaram a chegada do Sr. Presidente. Casa esta, que segundo consta, até hoje não foi usada e que, na época em que para desapropriação da Bacia, havia sido depositado em juízo, 1 milhão e quatrocentos mil cruzeiros, custou na época, três milhões de cruzeiros.

O fausto dessas obras não condiz com a pobreza deste País.

Gostaria, já que foi levantado e quero testemunhar que as reclamações em relação às desapropriações da COPEL, são menores do que em relação à ELETROSUL, ao prestar este depoimento, gostaria de deixar à Casa o alerta, com relação às desapropriações não só das represas, mas inclusive da faixa de domínio das estradas. Centenas e centenas de processos de desapropriações das faixas de estrada recentemente construída, se encontram no DER à espera de recursos. E um engenheiro daquela repartição me dizia, há poucos dias, que o Estado, provavelmente, não teria dinheiro para pagar-se: os cidadãos que têm esses processos há três, quatro, cinco anos a espera, se a Justiça fosse ouvida; porque só em correção monetária, em reajustes, o Estado não teria condições de pagar.

Há pouco ainda tivemos o caso, aqui, dentro de Curitiba, de um viaduto nas proximidades de Araucária, quase com seus trabalhos interrompidos pela falta de pagamento de desapropriação.

Não bastará apenas se delegar ao Estado a tarefa de realizar as desapropriações. Teremos e Vossa Excelência disse muito bem, que essas desapropriações sejam feitas rigorosamente, inclusive com fiscalização desta Casa.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Acredito, nobre Deputado, respondendo seu aparte e concluindo, de que uma coisa pelo menos ficou clara neste nosso debate nesta Casa. Há necessidade de uma constituição de comissão, que estude

com seriedade e que tenha despreendimento partidário, no sentido de se empenhar apartidariamente para estudar este problema sem paixões políticas e partidárias e sem, no entanto, querer defender uma ou outra posição, para que possamos elaborar um código de leis, criar leis, que venham favorecer aqueles que são os maiores prejudicados por estas normas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consultará a liderança do Partido Democrático Social se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — Partido Trabalhista Brasileiro? Ausente, o Partido Popular.

Com a palavra, o nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Considerando que é a primeira vez depois da nova divisão de horários aos partidos políticos, que cabe ao Partido Popular vir à tribuna, gostaríamos de fixar aqui algumas posições, bem como o nosso programa em seus itens principais. Lembrando que o Partido Popular é uma organização política de brasileiros que acreditam nos valores éticos e humanos da democracia, e lutará por todos os meios pacíficos para vê-la definitiva e livremente implantada neste País.

Os princípios em que acreditamos, constituem os fundamentos para a construção de uma nova sociedade.

1 — Os objetivos básicos no plano político do Partido Popular estão estribados no voto livre, geral e direto, de todos os cidadãos maiores de 18 anos, para todos os cargos eletivos, inclusive no Distrito Federal; (Lê):

2 — liberdade de organização partidária e de associação política sem quaisquer discriminações, submetidas às exigências do bem comum, e, combate a toda forma de opressão;

3 — utilização de todos os veículos de comunicação de massa para debate dos programas partidários e doutrina política, como um direito do povo à informação;

4 — plena liberdade de imprensa e de expressão para permitir a formação de uma opinião pública e o controle efetivo do poder estatal. Competência exclusiva do Poder Judiciário sobre os excessos cometidos. Repúdio a toda forma de censura ou de pressão governamental sobre os meios de comunicação;

5 — combate aos artifícios que deformem a vontade popular, como as sublegendas, o voto vinculado, a fidelidade partidária e o voto distrital;

6 — intangibilidade do Poder Judiciário, com as garantias de indemissibilidade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimento dos seus membros;

7 — pleno restabelecimento das prerrogativas ao Congresso, de acordo com a tradição jurídica, na iniciativa de leis, pondo sob a dependência de sua prévia aprovação, a fixação de tributos de qualquer natureza, de salários de servidores públicos, a criação de quadros de serviço público direto e indireto, a aprovação de Orçamento Monetário Nacional e dos orçamentos da União e das empresas em que o Poder Público Federal seja acionista, bem como o controle dessas contas públicas e da dívida externa do País;

8 — estruturação efetiva do sistema federativo de Governo, não só através de seus aspectos jurídicos formais, como também por uma reforma tributária que redistribua as rendas de modo a assegurar aos Estados e municípios a autonomia de suas decisões e condições de promover o bem-estar de suas comunidades;

9 — compatibilização da legislação de segurança com o regime democrático. O Estado livre deve se defender de tudo que ameace a liberdade dos seus cidadãos. Os atentados contra o Estado e os cidadãos devem ser combatidos através dos meios inerentes ao Estado de Direito. É necessário ampliar as liberdades de cidadão protegendo-o contra todos os tipos de opressão.

inclusive do Estado;

10 — convocação de Assembléia Nacional Constituinte que, pela vontade expressa do povo, estabeleça as bases do regime democrático a vigorar no País;

11 — liberdade de organização estudantil como forma comprovada de formação de lideranças e de sua atualização com os problemas brasileiros;

12 — livre organização sindical e abolição de quaisquer tutelas estaduais sobre os órgãos de classe;

13 — direito de greve e garantia para discussão de salários pela negociação direta entre patrões e empregados;

14 — apoio às minorias sociais, particularmente às pessoas de idade, aos deficientes, aos inválidos, aos menores carentes, aos trabalhadores marginalizados em sub-empregos;

15 — garantia efetiva de igualdade de direitos à mulher, com a eliminação de toda e qualquer discriminação por motivo de sexo, idade, estado civil ou maternidade; obrigatoriedade de respeito ao princípio de salário igual para igual trabalho, e, estímulos à participação da mulher na vida social e política do País;

16 — combate à violência urbana, defesa dos indivíduos e das famílias e adoção de medidas políticas, econômicas e sociais que eliminem os fatores de insegurança, principalmente nas grandes cidades;

17 — política externa soberana, com respeito aos tratados e compromissos com o mundo democrático e maior aproximação com os países da América Latina, da África e da Ásia. A auto-determinação é direito inalienável de todas as Nações. A Paz é o objetivo supremo de todos os povos.

NO PLANO ECONÓMICO

1 — política de redistribuição de renda nacional para a participação do povo no produto do seu trabalho e nos benefícios do progresso, com iguais oportunidades para todos, dentro dos princípios da Justiça Social;

2 — apoio à empresa nacional, particularmente à média e pequena, e estímulo ao sistema cooperativista, de modo a assegurar-lhes condições que as libertem da concorrência desigual das empresas multinacionais;

3 — fiscalização permanente à ação das empresas multinacionais, na defesa dos interesses brasileiros, inclusive pelo maior controle das remessas de lucros e das relações matriz-filial;

4 — participação do capital estatal nos setores em que seja estritamente insubstituível. A adoção de uma política sistemática de transferência à iniciativa privada de empresas injustificadamente administradas pelo Poder Público. Controle dos orçamentos e contas das Empresas Estatais pelo Congresso Nacional;

5 — redistribuição de rendas, em favor dos Estados e municípios, mediante uma reforma tributária que propicie condições para a execução de seus programas administrativos;

6 — luta intransigente contra a espoliação da Amazônia, impedindo a agressão às suas matas, fauna e riquezas do subsolo, propiciando-se amplos meios econômicos, financeiros, tecnológicos e sociais que acelerem o seu desenvolvimento;

7 — fixação de uma política para o Nordeste, que utilize seus recursos de água, promova a reforma do seu sistema de terras e exploração agrícola, restabeleça os incentivos desviados para outras localidades; conceda incentivos de crédito e fiscais, num plano sistemático de dez anos que abranja providências, capazes de eliminar as desigualdades que separam a região, das áreas desenvolvidas do País;

8 — reforma agrária que, corrigindo as distorções do sistema fundiário, elimine o latifúndio anti-social, promova melhor utilização econômica das pequenas áreas com a efetiva conservação do solo agrícola, crie estímulo especiais para uma política de produção de alimentos e de amparo aos pequenos agricultores; apoio às empresas rurais e de agro-indústria estendendo a proteção legal, assistencial e previdenciária aos assalariados

e posseiros;

9 — reforma bancária para fazer do banco um instrumento efetivo do desenvolvimento econômico do nosso povo e delegação do Poder Público no interesse do predomínio das forças de produção de trabalho. Política financeira, em que o custo do dinheiro seja compatível com o desenvolvimento, a produtividade e a rentabilidade das empresas;

10 — reforma do sistema habitacional capaz de possibilitar casa própria a todas as famílias, eliminando os custos exorbitantes no financiamento das habitações;

11 — estímulo aos investimentos populares para destinação coletiva e social e desestímulo aos investimentos suntuosos destinados ao consumo supérfluo;

12 — política de diversificação das fontes de energia, sob o total controle de capitais nacionais, com ênfase no aproveitamento do álcool e do carvão nacional;

13 — criação de sistemas de baixo custo de transporte, com menor dependência de petróleo e prioridade para as ferrovias e a navegação marítima e fluvial;

14 — política de fomento às exportações de nossos excedentes e racionalização das importações, evitando-se a compra no exterior de bens supérfluos.

NO PLANO SOCIAL

1 — política que assegure a todos os cidadãos empregos condizentes com a dignidade da pessoa humana; garantias de salubridade nos locais de trabalho; eliminação gradativa dos subempregos e uma legislação urgente que elimine a discriminação da idade. Criação do seguro-desemprego adaptado à nossa realidade;

2 — política que concilie as condições do FGTS com a preservação da estabilidade, sem os riscos da demissão arbitrária e da excessiva rotatividade da mão-de-obra;

3 — política que assegure o poder aquisitivo do salário, preservando-o contra os efeitos da inflação e do custo de vida;

4 — programa de suplementação alimentar disciplinada e orientada para os grupos mais vulneráveis: as gestantes, as nutrízes, os pré-escolares;

5 — política de apoio à educação, à qual se atribua o mínimo de 16% dos orçamentos da União e dos Estados, e assegure ao professor remuneração condigna além de facilidades de formação e aperfeiçoamento;

6 — política de incentivo à cultura brasileira na elaboração dos currículos escolares, em todos os graus, considerando-se as peculiaridades locais e regionais. Orientação dos jovens na escolha adequada da habilitação profissional. Desenvolvimento do ensino profissionalizante, gerando oportunidades de emprego a nível intermediário. Valorização das atividades de pesquisa e estreitamento da colaboração entre Universidade e a economia nacional e seu mercado de trabalho;

7 — gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis. Programa de bolsas de estudo para alunos carentes, em todos os níveis, no ensino privado;

8 — política de incentivo às associações comunitárias e de apoio às associações filantrópicas com o intuito de promover a solidariedade entre os cidadãos;

9 — implantação de um sistema de saúde com a saúde preventiva e curativa; valorização à medicina profilática através de melhores condições de saneamento básico; orientação de higiene e campanhas de vacinação; controle e erradicação de moléstias endêmicas;

10 — planejamento familiar, responsável e voluntário, que adote fórmulas humanas, morais e justas, e garantam o pleno respeito à vida humana;

11 — política de transporte coletivo que assegure serviços de boa qualidade e a custos compatíveis com as grandes massas urbanas;

12 — política de controle à poluição das matas, dos rios e dos centros urbanos no sentido de preservar a necessária salu-

bridade para o povo brasileiro;

13 — política indigenista que vise a proteção e apoio à cultura, usos, costumes e memória do nosso povo indígena; demarcação oficial de suas terras como reconhecimento de que elas lhes cabem, por direito, como povos; medidas enérgicas contra os invasores de seus territórios.

Esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a síntese do programa do nosso Partido, o Partido Popular: organização política de brasileiros que acreditam nos valores éticos e humanos da democracia, e que haverão de lutar por todos os meios pacíficos, para vê-la definitiva e livremente implantada no País.

Muito obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que dá nova redação ao artigo 45, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973. (Que dispõe sobre a Lei Orgânica dos Municípios). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 7/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, que declara de utilidade pública a “Congregação Missionária do Santíssimo Redentor”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8/80, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública o “Círculo Orquidófilo Pontagrossense”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 9/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 9/80), que objetiva autorizar o Poder Executivo fazer reverter, mediante doação, ao Município de Califórnia, as datas de terrenos sob n.ºs 05, 06, 07, 10, 11 e 12, da quadra n.º 15, com área total de 2.356 m² (dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados), situados na Planta Jardim Sant’Ana, no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria o Distrito Administrativo de Ivaté, no Município de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jandaia do Sul, com sede e foro na Cidade de Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sua Santidade o Papa João Paulo II. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 17/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sua Santidade o Papa JOÃO PAULO II.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1980.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário seria justificar a proposição em tela, todavia, sendo o Estado do Paraná o agregador da maior colônia polonesa do Brasil, e em razão da origem de Sua Santidade, justifica-se plenamente a medida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 17/80

O presente Projeto de Lei n.º 17/80, de autoria do nobre Deputado ADALBERTO DAROS, tem como objetivo conceder ao PAPA JOÃO PAULO II, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Ao findar o ano de 1979, em posicionamento tomado em conjunto pelo relator deste projeto e o Deputado Mário Celso, foi iniciado o movimento para inclusão do Paraná no roteiro de visita de Sua Santidade.

As justificativas, portanto, para que se conceda esta honraria, ali aparecem detalhadas.

Por essa razão, sugerimos a juntada de cópia daquele expediente a este processo.

Quanto ao aspecto legal ou constitucional, nada existe em impedimento ao normal andamento deste Projeto de lei, que nos parece justo e oportuno.

Por essas razões opinamos FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
FIDELCINO TOLENTINO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/80), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2, 4.^a Parte da Colônia de São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 10/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel Gleba 2 — 4.^a Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes.

Art. 2.º — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná promover a venda dos lotes da Gleba 2 4.^a Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes, com prévia fixação de área, preço e condições de pagamento.

Art. 3.º — O produto das alienações de que tratam os artigos anteriores será recolhido à Fazenda Estadual.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º – Revogam-se as disposições em contrário
Curitiba, em 04 de março de 1980.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 10/80

PARECER

A autorização do Poder Legislativo para que o Executivo aliene bens imóveis do domínio estadual é requisito estabelecido pelo Art. 21, alínea VIII, letra C, da Constituição do Estado do Paraná.

A Mensagem Governamental n.º 10/80, que encaminha a matéria, obedece perfeitamente à disposição constitucional. Tratando-se de medida de profundo significado social, nada se pode opor quanto a sua oportunidade.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

Ao referido projeto, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando o adiamento da discussão e votação, por três (03) sessões. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Rodrigues de Oliveira, ocorrido em Ribeirão do Pinhal. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Clarinda Rodrigues, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Antunes Ferreira. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do editorial “O Progresso da Ordem”, publicado no jornal “Folha de São Paulo.” (O editorial já foi lido pelo Sr. Deputado José Tavares). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, reivindicando a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Alvorada do Sul e Primeiro de Maio. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social e Diretor do Instituto de Assistência ao Menor, encarecendo seja autorizada a implantação em Toledo, de diversas instituições. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Conselho Deliberativo de Acidentes do DETRAN, para implantação de novas normas que resultarão na apreensão de carteiras de habilitação dos maus motoristas. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um Posto Policial, no Conjunto Residencial Mercúrio, nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da “Declaração de Manaus” e “Teses apresentadas pelos juristas paranaenses”, na Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. — **Aprovado.**

(A matéria acha-se publicada no final desta ata). Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo a extensão da rede de água para várias vilas de Curitiba. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 40/80

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 191/79, 7, 8, 9, 13 e 21/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/80, e de Resolução n.ºs 27, 28, 29, 30 e 31/80.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL

PORTARIA N.º 434/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

cancelar os códigos de desconto em folha de pagamento, tendo-se em vista que não existe valor nenhum sendo descontado, das seguintes companhias:

017 - Montepio Nacional dos Bancários

021 - Econômico S/A.

024 - Companhia Minas Brasil

027 - Servipa

030 - Companhia Nacional dos Servidores Públicos

019 - Cooperativa Mixta.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de maio de 1980

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

DIRETOR GERAL

(Prot. n.º 4440)

PORTARIA N.º 436/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar a escritora MARIA NICOLAS, para atualizar a publicação de sua obra “CEM ANOS DE VIDA PARLAMENTAR”

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de maio de 1980

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

DIRETOR GERAL

(Prot. n.º 4113)

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS
ANAIIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO
SENHOR DEPUTADO JOSÉ TAVARES
EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA
27 DE MAIO DE 1.980**

"TESES APRESENTADAS PELOS PARANAENSES

— Já regressaram os integrantes da Delegação do Paraná à VIII Conferência Nacional dos Advogados, realizada em Manaus, nos dias 18 e 22 de maio corrente. Além de vários universitários paranaenses, compareceram à VIII Conferência os advogados Drs. Newton José de Sisti, Presidente da Seccional, José Lamartine Corrêa de Oliveira, Antônio Acir Breda e René Ariel Dotti, todos autores de teses, Oto Luiz Sponholz, Assessor do Presidente da Ordem e do Conselho Federal, Athos Moraes de Castro Vellozo, que presidiu à VIII Comissão Vespertina, Alcides Munhoz Netto, Edgard Cavalcanti Albuquerque, Gilberto Garcia Pereira, Fernando Vidal de Oliveira, Antônio Lopes de Noronha, Eduardo Rocha Virmond, Antônio Moris Cury, Alfredo Assis Gonçalves e Luiz Chemin Guimarães.

Todos os membros da delegação paranaense tiveram participação efetiva e às vezes até decisiva em todas as 48 teses debatidas, algumas do mais alto valor, para a preservação das nossas legítimas instituições e dos interesses imediatos da classe dos advogados.

— Concomitantemente, todos os presidentes das sessões Estaduais da Ordem, realizaram reunião permanente, participando de exaustivas sessões durante os dias 20 e 21 pela manhã, e, à tarde, do dia 22, integrando a sessão plenária da conferência, onde deliberaram, em nome das respectivas delegações.

— As teses apresentadas pelos paranaenses René Ariel Dotti, Antônio Acir Breda e José Lamartine Corrêa de Oliveira, viram todas as respectivas conclusões unanimemente aprovadas pelas respectivas Comissões, bem como pela reunião de presidente, sendo também acolhidas por unanimidade, pelo Plenário da Conferência, na monumental sessão final, realizada dia 22.

— Todas as conclusões das teses foram encampadas pelo Conselho Federal, que adotará, no seu próprio âmbito junto às autoridades competentes, medidas para tornar efetivas tais conclusões.

— Ao final, a conferência aprovou a DECLARAÇÃO DE MANAUS, que sintetiza, na unanimidade dos que participaram do Conclave, o pensamento dos advogados brasileiros, a respeito dos problemas político-institucionais e sociais do nosso País e termina por considerar perene a lição do insuperável Rui Barbosa, a respeito da LIBERDADE, tema central da Conferência.

— A sessão plenária deliberou, também, realizar a IX Conferência Nacional dos Advogados na Cidade de Balneário de Camboriú, Estado de Santa Catarina, em 1982. Informações colhidas permitem informar que a IX Conferência ocorrerá por volta de setembro ou outubro daquele ano.

AS TESES

Tese n.º 3 — A LIBERDADE E O

ENSINO JURÍDICO:

Relator: José Lamartine Corrêa de Oliveira.

CONCLUSÕES: APROVADAS.

1a. — Apesar de todas as inovações didáticas e curriculares, é melancólico o resultado da aplicação da Reforma Universitária aos cursos de Direito, em nível de graduação em nossa terra.

Uma parte do passivo há de ser imputada à má aplicação da reforma, à timidez das inovações didáticas, à pequena flexibilidade curricular. A verdade, porém, é que, em nível de graduação (na pós-graduação, são diferentes as coisas), os seminários, simpósios, debates, podem funcionar como meios auxiliares das inarredáveis preleções. É claro que o conteúdo destas pode ser alterado, como já foi sugerido de modo a que as preleções sejam menos informativas (com informações acháveis nos livros) e mais estimulantes da reflexão. Mais estimulantes e provocadoras do diálogo, também, principalmente em turmas relativamente pequenas.

A verdade, ainda, é que a preleção tem seu sentido e missão nas mãos de um bom professor, que realmente traga aos alunos o fruto de reflexão e experiências pessoais, que não se acha nos livros. Repetir os livros (principalmente em País em que há tantas deficiências nos livros didáticos, como é o caso do Brasil) é que não tem sentido nem utilidade.

2a. — A isso deve ser adicionado o caráter autoritário e centralizador da reforma tal como executada, de modo a conceder à autoridade central do reitor soma excessiva de poderes, sendo os departamentos meros órgãos de execução, economicamente dependentes das reitorias. Deve ser descentralizada a estrutura universitária.

3a. — O bom professor precisa necessariamente ser um homem em constante processo de atualização e pesquisa. Já é tempo de por cobro ao escândalo da proliferação das más faculdades de Direito, com professores que procuram "proferir" o maior número possível de aulas de modo a ganhar mais e em que o aluno quer obter um diploma com o menor esforço possível.

4a. — Fundamental em um bom curso de Direito é o conteúdo "à altura da evolução e dos progressos da ciência do direito". Se se deseja "e nós desejamos" — um curso de Direito com preleções, seminários, trabalhos de alunos, e com amplo e aprofundado estudo das matérias jurídicas e das auxiliares de outros ramos do conhecimento, necessário será: a) que o aluno fique mais tempo na Faculdade b) que o professor, ainda que eventualmente em tempo parcial, dedique ao menos metade de seu dia ao ensino e à pesquisa; c) que não sejam os professores das Universidades medidos pelo número de aulas (como hoje, em que um professor em regime de 20 horas semanais, é obrigado a um mínimo de 8 horas-aula efetivas semanais).

5a. — Fundamental, para tudo isso, fechar um imenso número de Faculdades. Não se diga que disseminam cultura. Não disseminam nada. a não ser diplomas que nada indicam.

6a. — Fundamental mudar a estrutura do vestibular de modo a que sejam efetivamente selecionadas as pessoas com preparo básico mais adaptável às necessidades do curso jurídico. Fundamental, por isso mesmo, flexibilizar o ensino secundário, hoje todo entregue às matemáticas e

ciências físico-químicas-biológicas.

7a. — Fundamental que as Faculdades existentes ainda que em menor número - muito exijam e muito dêem a seus alunos. Não se trata de elitizar o ensino de Direito. Trata-se antes de reivindicar ensino gratuito, bolsas de estudo complementares oficiais (para os alunos que precisariam, sem a bolsa, trabalhar) e de propiciar excelente ensino de graduação nas Universidades oficiais. É alto investimento para o Brasil formar poucos mas preparados bacharéis, dotados de espírito crítico em face do Direito vigente.

8a. — A Sociologia, a Ciência Política, a Economia não de ser ensinadas como instrumento de análise crítica do Direito vigente. A Filosofia do Direito e o Direito Comparado serão fundamentais como instrumento de aquisição da capacidade crítica.

9a. — A flexibilidade curricular não servirá de obstáculo a um ensino em que mais importante é a formação aprofundada nas partes mais gerais de cada ramo ou setor do Direito.

10a. — A metodologia da Ciência do Direito será estudada, como instrumento de superação de uma jurisprudência meramente lógico-formal. O ensino do Direito exigirá consulta e pesquisa biográfica do aluno, com abolição das apostilas e do anticientífico sistema de "adoção" de um livro. Por isso são imprescindíveis boas e atualizadas bibliotecas.

11a. — A OAB, reivindicará a restauração da obrigatoriedade do Exame de Ordem, independentemente do estágio universitário como pressuposto necessário ao ingresso de qualquer bacharel em seus quadros.

12a. — Sem boa formação jurídica, não pode haver restauração de primazia dos valores ético-jurídicos e, portanto, não pode haver liberdade e igualdade.

13a. — A OAB, deve dirigir-se ao Ministério da Educação e Cultura, no sentido de promover o reexame da Reforma Universitária, dentro da realidade brasileira

BREDA.

TESE n.º 16 — LIBERDADES CONSTITUCIONAIS E PROCESSO PENAL"

Relator: ANTÔNIO ACIR BREDA.

1. A independência do Poder Judiciário e a imparcialidade do juiz são condições irrenunciáveis à realização da Justiça Penal

2. A pessoa acusada da prática de um delito, antes da sentença transitada em julgado, deve ser presumida inocente.

3. A prisão de qualquer pessoa deve ser precedida de controle jurisdicional, repelindo-se a idéia de criar-se prisão cautelar, imposta por delegados de polícia, medida desnecessária e institucionalizadora do arbítrio.

4. A prisão para averiguações da Lei de Segurança Nacional é incompatível com os postulados democráticos do direito processual, uma vez que impede o controle de sua legalidade pelo Poder Judiciário.

5. Um dos direitos do Homem no processo penal é o de comunicar-se, pessoal e reservadamente, com o seu advogado, mesmo quando preso e incomunicável

6. As liberdades constitucionais, como regra geral, só devem ser atingidas, desde que haja instauração de processo criminal, mediante ato motivado e sob controle jurisdicional.

7. A manutenção do Tribunal do Júri e da sua soberania constitui uma das permanentes garantias de liberdade no processo penal

DOTTI

TESE n.º 23 — "A LIBERDADE E O DIREITO À INTIMIDADE".

Relator: RENÉ ARIEL DOTTI.

CONCLUSÕES APROVADAS

1a. — Todo o ser humano deve ter assegurado o direito de desfrutar livremente a intimidade da vida privada.

2a. — A vida privada é um bem jurídico indispensável ao pleno desenvolvimento da personalidade. A sua proteção deverá efetivar-se através de preceito constitucional expresso e de legislação ordinária abrangendo as esferas de Direito Civil, Penal e Administrativo.

3a. — São inadmissíveis as provas que caracterizam abusiva intromissão da vida privada.

4a. — A informática e as conquistas da ciência e da tecnologia devem atender à realização do bem comum e à satisfação dos direitos e das garantias individuais.

5a. — A utilização da informativa deve merecer disciplina constitucional, observando-se os seguintes princípios: a) não poderão ser colhidas ou tratadas as informações referentes a convicções políticas e filosóficas, credo religioso e intimidade da vida privada; b) A proibição de sistemas de informação pessoal de existência secreta. Os dados somente poderão ser colhidos em regime de autorização legal e utilizados segundo os fins a que se destinam; c) A proibição da colheita de informações mediante coação ou fraude; d) O impedimento de atribuição de um número ou registro nacional único das pessoas naturais; e) O direito pessoal de acesso aos registros de caráter individual, existentes em bancos públicos ou particulares, bem como o direito de retificação e supressão.

"DOCUMENTO FINAL"

"A declaração da Manaus"

É o seguinte, na íntegra, o texto da Declaração de Manaus:

"Os advogados brasileiros, reunidos na VIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, fiéis a sua vocação e ao dever que lhes impõe a lei, de contribuir para o aprimoramento da ordem jurídica, exprimem, nesta declaração, as preocupações e anseios de toda a classe.

O grande problema atual do poder é um problema de legitimidade. Não há poder legítimo sem consentimento do povo. Os advogados brasileiros afirmam que falta legitimidade ao poder institucionalizado em nosso País.

O regime instaurado em 1964, decorridos mais de quinze anos, insiste em desprezar a forma democrática de legitimação, através do voto popular. A massa do povo permanece marginalizada e indiferente, quando não hostil, a esse sistema de governo, que dispensa a aprovação dos governados e repele a vontade eleitoral.

Ainda agora, pretextos e artifícios

Curitiba, terça, 27/05/80.

estão em marcha para suprimir eleições e prorrogar mandatos, forma de criar representantes sem representação, com a alternativa de intervenção em todos os municípios do Brasil. Vai, assim, a ilegitimidade, num crescendo, contaminar o exercício do poder em todos os planos da administração e da vida pública do País. Os advogados brasileiros não podem ficar isensíveis e o vêm denunciar à Nação.

Por outro lado, a aplicação sistemática de uma doutrina autoritária da segurança nacional, carregada de preconceitos, tem gerado apenas o reforço da autoridade, à custa da crescente insegurança coletiva.

O anunciado abandono do regime de exceção não conduziu à restauração da responsabilidade na esfera do poder político, com a supressão do arbítrio e da violência institucionalizados como forma de governo.

Os advogados brasileiros assinalam ainda que o sistema político em vigor repudia o essencial princípio democrático da alternância do poder.

Essa ilegitimidade de base criou a presente desordem constitucional, agravada pelo AI-5 e pela Emenda n.º 1, oriundos de poderes que a Nação não conferiu aos seus signatários. Assim se explica a permanência de leis incompatíveis com a vida democrática, como as que regem a chamada segurança nacional, a greve e a sindicalização das profissões.

É geral a repulsa à legislação ditatorial que, armando o governo do poder absoluto, atenta contra as garantias dos cidadãos, frustra o direito de greve e cerceia a liberdade sindical.

A política econômica, posta em prática nos últimos anos, exacerbou as notórias desigualdades regionais, setoriais e de classe. Essa política tem agravado a situação do povo, com uma inflação aterradora, que não se detém pela inadequação do modelo econômico adotado às necessidades do País. Resultado ainda mais nocivo dessa política é que ela acarreta uma distribuição de renda gritantemente injusta, em prejuízo de todos os assalariados.

O desenvolvimento econômico da Nação, que supõe a harmônica valorização do homem - seu capital mais precioso - não pode realizar-se através de uma vida de constante sujeição ao poder do mais forte. Não se admite o crescente endividamento externo do País sem a fiscalização e o controle do povo, através de seus representantes no Congresso.

Fora das cidades, os conflitos pela

posse da terra e pela preservação das culturas indígenas vêm confirmando o desacerto de uma orientação que favorece o esmagamento dos mais fracos. Na Amazônia, o enorme custo social da modernização econômica é ainda agravado pela falta de controle da exploração das riquezas naturais e pela ameaça à soberania nacional. Aqui também, a incapacidade do sistema não encontrou soluções satisfatórias para os múltiplos interesses em jogo.

Só em clima de liberdade, com a participação e o consenso do povo, o problema da Amazônia poderá ser equacionado e resolvido sem prejuízo para a intangibilidade do nosso território e sem riscos para o equilíbrio ecológico.

Os advogados brasileiros são portavozes de clamor nacional pela reformulação inadiável das bases constitucionais da nossa ordem jurídica. A Constituição não pode ser uma concessão governamental. Ela é o ato solene de criação, por todo o povo, do regime político de sua preferência.

Aos advogados brasileiros repugna colaborar em qualquer tentativa de remendo constitucional que ainda se queira perpetrar. O poder constituinte há de retornar ao povo, seu único titular legítimo. Urge a convocação de uma assembleia constituinte que superando em sua composição os vícios inveterados de nossa representação popular, incorpore efetivamente ao processo político a maioria que nele tem sido ignorada.

O conjunto de teses, que a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil acaba de aprovar, associa o fecundo princípio de liberdade aos mais variados campos da convivência social. A fonte inspiradora de nossos debates foi a idéia de recriar condições para que a norma jurídica seja não um comando do alto, porém instrumento de emanção popular para a formação de uma sociedade democrática.

Os advogados brasileiros, estão conscientes da missão que vêm exercendo, em defesa da democracia, juntamente com outras instituições, como a Igreja, enraizadas na alma do povo.

"A Liberdade", disse Rui Barbosa, em lição perene, "não entra no patrimônio particular, como as coisas que estão no comércio, que se dão, trocam, vendem ou compram; é um verdadeiro condomínio social; todos os desfrutam, sem que ninguém o possa alienar; e, se o indivíduo, degenerado, a repudia, a comunhão, vigilante, a reivindica".

Reivindicamos o regime da liberdade, como a aspiração maior do povo brasileiro. Manaus AM, 22 de maio de 1980. Eudardo Seabra Fagundes - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil"